



COMEÇA A CAMPANHA



A menos de 90 dias das eleições municipais, no contexto do primeiro governo nacional de esquerda, o PT definiu suas candidaturas e coligações e já partiu para as ruas, desde o dia 6 de julho, com chapas fortes, programas de governo consistentes e uma militância atuante. “A política de alianças do PT em 2004 representa o coroamento de um movimento de maturidade do partido”, destaca o presidente do partido, José Genoino, em artigo. Encerrada a fase de pré-campanha — durante a qual o PT aprimorou sua organização interna, ampliou sua representação no território nacional, distribuiu cartilhas de orientação e unificou o discurso em todo o país —, o partido parte para a nova fase com um plano de ação para apoiar as candidaturas de prefeito e vereador em todos os municípios onde disputa, com ênfase às das capitais e das cidades com mais de 150 mil eleitores. Leia, a seguir, mais detalhes sobre a organização do PT para as eleições.

PT lança candidatos próprios em 23 das 26 capitais do país

O PT lançará candidatos próprios em 23 das 26 capitais brasileiras, e, em quatro delas, manterá “chapa pura”, ou seja, terá candidato a vice também do PT. O partido não terá cabeça de chapa apenas em Maceió (AL), Manaus (AM) e Boa Vista (RR). O principal aliado petista nas capitais será o PCdoB, que está apoiando o PT em 17 capitais e indicou o vice em sete delas.

Em relação aos 95 municípios com mais de 150 mil eleitores, o PT terá 77 candidaturas próprias (81%) e apoiará candidatos de partidos aliados em 18 cidades.

Em 2000, o partido lançou 65 candidatos a prefeito e apoiou outros 24 de partidos aliados nos 91 municípios com mais de 150 mil eleitores. Segundo o coordenador nacional do GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral) do PT, Sílvio Pereira, o aumento das candidatu-

ras próprias se deve ao crescimento do PT nas eleições de 2000 e, principalmente, à conquista da Presidência da República em 2002.

Entre as causas da redução dos apoios ao PT está o fato de alguns partidos — como PSB e PPS — terem implementado uma política de forçar o lançamento de candidaturas próprias, visando o cumprimento da cláusula de barreira (para eleger governador em 2006, os partidos deverão ter um mínimo de 5% dos votos no território nacional).

Por outro lado, avalia Sílvio Pereira, as coligações nos principais centros estão mais consistentes do que nas eleições anteriores. Partidos como o PL e o PTB passaram a apoiar o PT em municípios importantes. “O atual quadro de candidaturas do PT é muito positivo”, afirmou Pereira.

Segundo o GTE, os 65

candidatos que o PT lançou nos municípios com mais de 150 mil eleitores em 2000 obtiveram pouco mais de 8 milhões de votos (25,3% dos votos válidos). Desses, o PT elegeu 23 prefeitos. Os 1.316 candidatos que o PT lançou em todo o Brasil tiveram pouco menos de 12 milhões de votos, o que comprova o elevado grau de competitividade das candidaturas nos grandes centros.

Novo momento

Com as alianças e coligações definidas, agora a conjuntura política se desloca para a disputa eleitoral. “O PT fará todos os esforços para que essa disputa represente um momento elevado de fortalecimento da democracia, priorizando o debate em torno de programas e propostas para melhorar a vida das pessoas nas cidades brasileiras”, ressaltou José Genoino.

Partido define política de prioridades

O GTE nacional do PT definiu uma política de prioridades para o acompanhamento eleitoral nos municípios. Conforme destaca Sílvio Pereira, todas as candidaturas receberão apoio do partido, mas há alguns critérios que definem cidades prioritárias, e estas receberão uma atenção ainda maior. É o caso, por exemplo, das capitais que atualmente já são governadas pelo PT: São Paulo, Belo Ho-

rizonte, Porto Alegre, Aracaju, Belém, Goiânia, Recife e Macapá. As outras capitais e as demais cidades com mais de 150 mil eleitores vêm em seguida na ordem de prioridades definida pelo partido (veja no quadro ao lado).

A prioridade que o Diretório Nacional destinará a cada município, no entanto, evoluirá de acordo com a possibilidade de vitória, que será medida por pesquisas de opinião e pelo

acompanhamento da direção.

Para atingir as metas definidas pelo PT — reeleger os atuais prefeitos, ampliar a presença do PT nas capitais e nos grandes centros e também nos pequenos e médios municípios, além de multiplicar o número de vereadores — várias ações estão em andamento simultâneo. Há um acompanhamento específico das atuais prefeituras do PT e um programa voltado aos pequenos municípios.

A ordem da política de prioridades		Veja a situação atual nos municípios acima de 150 mil habitantes:	
1º	Capitais atualmente governadas pelo PT	Candidatos em 1º lugar com grande diferença do 2º colocado	7 cidades
2º	Demais capitais dos Estados	Candidatos em 1º lugar com pequena diferença do 2º colocado	8 cidades
3º	Municípios acima de 150 mil eleitores atualmente governados pelo PT	Candidatos em 2º lugar com pequena diferença do 1º colocado	6 cidades
4º	Demais municípios acima de 150 mil eleitores	Candidatos com boas chances de eleição, embora não haja pesquisas	7 cidades
5º	Municípios-pólo e com geração de TV atualmente governados pelo PT	Candidatos em 2º lugar com grande diferença do 1º colocado	13 cidades
6º	Demais municípios-pólo e com geração de TV	Candidatos em 3º lugar com pequena diferença do 1º colocado	7 cidades
7º	Demais municípios atualmente governados pelo PT	Candidatos em 3º lugar com grande diferença do 1º colocado	12 cidades
		Candidatos em 4º lugar ou posterior	16 cidades
		Candidatos com poucas chances de vitória, embora não haja pesquisas	3 cidades

Conheça os candidatos do PT e as coligações nas capitais

UF	MUN	PREFEITO	VICE	COLIGAÇÃO
AC	Rio Branco	Raimundo Angelim	Eduardo Farias (PCdoB)	PCdoB, PSB, PMN, PV, PSDC, PTdoB, PRTB
AL	Maceió	Alberto SextaFeira (PSB)	José Roberto (PT)	PSB, PCDOB, PV, PHS, PAN, PSDC, PTdoB
AM	Manaus	Vanessa Graziotini (PCdoB)	Humberto Michiles (PL)	PCdoB, PL
AP	Macapá	João Henrique	Euri Farias (PCdoB)	PCdoB, PV, PCB
BA	Salvador	Nelson Pelegrino	Javier Alfaya (PCdoB)	PCdoB, PV
CE	Fortaleza	Luiziane Lins	José C. Veneranda (PSB)	PSB
ES	Vitória	João Coser	Balarini (PSB)	PDT, PCDOB, PAN, PHS, PV, PSL, PSB
GO	Goiânia	Pedro Wilson	Isael Oliveira (PTB)	PTB, PCdoB, PTdoB, PAN e PCB
MA	São Luís	Helena Heluy	Dimas Salustiano (PT)	
MG	Belo Horizonte	Fernando Pimentel	Ronaldo Vasconcelos (PTB)	PCdoB, PCB, PPS, PTN, PRP, PTB, PL, PTdoB
MS	Campo Grande	Vander Loubet	Fabio Renato (PP)	PCdoB, PP e PMN
MT	Cuiabá	Alexandre César	Alencar Farina (PL)	PCdoB, PL
PA	Belém	Ana Júlia	Avelina Hesketh (PL)	PL, PSB, PCdoB
PB	João Pessoa	Avenzoar Arruda	Edvan Carneiro (PSDC)	PSDC
PE	Recife	João Paulo	Luciano Siqueira (PCdoB)	PCdoB, PCB, PSB, PSL, PTdoB, PRP, PTC, PAN
PI	Teresina	Flora Izabel	Pastor Jessivaldo de Carvalho (PSL)	PSL, PMN, PCB
PR	Curitiba	Angelo Vanhoni	Nizan Pereira (PMDB)	PCdoB, PMDB, PCB
RJ	Rio de Janeiro	Jorge Bittar	Martha Rocha (PSB)	PTB, PSB
RN	Natal	Fátima Bezerra	Adelmaro Cavalcante (PT)	PTdoB, PCB
RO	Porto Velho	Roberto Sobrinho	Ciáudia Carvalho (PCdoB)	PCdoB, PCB
RR	Boa Vista	Teresa Jucá (PPS)	Iradilson Sampaio (PCdoB)	PPS, PCdoB, PMDB, PTB, PV, PTC, PMN
RS	Porto Alegre	Raul Pont	Maria do Rosário (PT)	PCdoB, PCB, PL, PSL, PMN, PPN
SC	Florianópolis	Afrânio Bopré	Nildão (PCdoB)	PCdoB, PL
SE	Aracaju	Marcelo Déda	Edivaldo Nogueira (PCdoB)	PCdoB, PSB
SP	São Paulo	Marta Suplicy	Rui Falcão (PT)	PCdoB, PTB, PL, PRTB, PSL, PTN
TO	Palmas	Raul Filho	Derval de Paiva (PMDB)	PPS, PCdoB, PDT, PMDB, PSB

ENTREVISTA

“Quadro de candidaturas e coligações é muito positivo”

O secretário-geral nacional do PT e coordenador nacional do Grupo de Trabalho Eleitoral, Sílvio Pereira, considera “muito positivo” o quadro de candidaturas e de coligações que o partido realizou para as eleições municipais deste ano. O aumento de candidaturas próprias em relação às eleições passadas se explica, segundo ele, pelo crescimento do partido em todo o país e pela conquista da Presidência da República.

Pereira faz um balanço sobre a pré-campanha, que se encerrou no início de julho, e fala sobre as expectativas do partido. A qualidade da organização partidária, desde a base até a direção nacional, é um dos pontos fortes do PT. Os resultados do governo Lula também devem influir positivamente, diz ele. Leia a íntegra:

O aumento de candidaturas próprias e a redução nos apoios a aliados já eram esperados?

Sim. E isso ocorreu por dois motivos. O primeiro é o crescimento do PT. O partido está na Presidência da República e cresceu em influência política e organizacional. Por isso, é natural que o partido se apresente com maior número de candidatos próprios em relação a 2000. O segundo motivo é a cláusula de barreira, que tem estimulado vários partidos a lançarem um maior número de candidaturas próprias já pensando em viabilizar as eleições de 2006. É o caso do PPS e do PSB.

Esse alto número de candidaturas ditas puras é negativo para o PT?

Considero o atual quadro de candidaturas do PT muito positivo, muito consistente. Não acho que houve redução dramática da política de alianças. Nós ampliamos nossas alianças nos grandes centros. Dois terços dos votos obtidos em 2000 foram justamente nesses centros. Poderíamos ter melhorado ainda mais? Poderíamos. Mas o PT nun-



Segundo Sílvio Pereira, o PT está muito bem organizado para a campanha eleitoral

ca disputou uma eleição com o quadro de alianças de hoje. Atraímos para nossa aliança, em São Paulo e em Belo Horizonte, por exemplo, o PTB e o PL, que não estavam conosco nas eleições de 2000.

Quais as ações previstas para a política de prioridades definida pelo GTE nacional?

Vamos garantir, pelo fundo partidário, condições mínimas para que todos os municípios em que o PT esteja organizado lancem candidaturas, ou próprias ou apoiando a base aliada. E nos municípios em que não puder lançar candidatos à prefeitura, garantir boa presença nas câmaras de vereadores. Mas, além disso, é necessário lançar uma política de prioridades porque o tempo é muito curto em uma campanha — estamos a menos de 100 dias das eleições. É impossível que as principais lideranças públicas do PT percorram 5.000 municípios. Então, o PT nacional ajudará as cidades prioritárias com acompanhamento político, com pesquisas e recursos materiais, além de organizar a

presença de lideranças públicas e ministros nas atividades das campanhas municipais. Cada Estado terá uma ajuda proporcional, e as cidades prioritárias terão um “x” a mais.

Qual o balanço que o PT faz da fase de pré-campanha, que se encerra agora?

O balanço é altamente positivo. Temos uma organização partidária cada vez melhor, da base à direção nacional. Nas eleições de 2000, o PT estava organizado em torno de 3.000 municípios e disputou em 2.500 deles. Hoje, vamos concorrer em 5.000. Fizemos seminários de planejamento em mais de 18 Estados, organizamos oficinas sobre marketing político, questões jurídicas, programa de governo. Considero que a organização partidária e ação da direção, por meio da presença constante e firme do [José] Genoino [presidente nacional do PT], nos deixam numa situação muito confortável. A experiência acumulada nas gestões petistas é outro aspecto positivo. Estamos na quarta geração de prefeitos petistas e nossas prefeituras são

cada vez mais premiadas. O modo de gerir a máquina pública contribui também para a perspectiva de vitória.

A queda da avaliação positiva de Lula nas pesquisas pode atrapalhar?

De modo algum. Esses resultados são circunstanciais, refletem momentos sensíveis como a votação do salário mínimo, já que alguns infelizmente não entenderam que o governo aumentou o seu valor até o máximo possível que as contas públicas permitiam. Mas o desgaste natural do governo nesta questão será recuperado rapidamente. Os resultados positivos desta gestão estão aparecendo. O país está crescendo, os investimentos sociais e em infra-estrutura estão aumentando. Temos um número recorde de criação de postos formais de empregos em maio. Nosso governo ganha em todas as áreas quando comparamos os dados com os do governo FHC. Então, não só por sermos governo, mas pelo que estamos fazendo, tenho certeza de que vamos receber boas influências do governo Lula nesta eleição.

OPINIÃO

As alianças municipais do PT

José Genoino*

Ao fechar a fase de constituição de coligações para as eleições municipais de 2004, um cômputo preliminar indica que o PT fez alianças combinando amplitude e regras criteriosas. Ou seja, se por um lado não se isolou, ao mesmo tempo, ao fugir de uma tática de adoção de alianças a qualquer preço, não derrapou para o puro pragmatismo. A resolução do Diretório Nacional de dezembro de 2003 balizava a política de alianças do partido com base em dois critérios. Do ponto de vista partidário, fazer alianças com os partidos que compõem a base de sustentação do governo Lula, priorizando o campo popular e democrático. Do ponto de vista dos candidatos a apoiar, levar em conta o seu perfil democrático e ético, não apoiando candidatos acusados de atos de corrupção ou envolvidos com o crime organizado e o narcotráfico.

A política de alianças do PT em 2004 representa o coroamento de um movimento de maturidade do partido, que teve como marcos importantes as eleições municipais de 2000 e as eleições gerais de 2002. Para entender corretamente o caráter criterioso e a amplitude da política de alianças do PT é preciso, antes de tudo, refutar a visão linear e simplista de alguns analistas políticos. Num país federativo como é o Brasil e num sistema multipartidário como o nosso, não se pode pressupor uma coerência cabal e um fechamento em bloco de um conjunto de partidos em torno de uma política de alianças. As realidades regionais e municipais diversas não são plenamente concordantes com as táticas nacionais adotadas pelas direções partidárias. O PT nunca pressupôs um enquadramento absoluto dos partidos da base governista a uma política nacional de alianças. A política nacional é uma orientação de caráter geral, no interior da qual instalam-se as exceções das especificidades locais e regionais.

Observada essa abordagem correta da realidade política, pode-se afirmar que o PT obteve êxito ao firmar uma aliança nacional com o PC do B, com o PTB e com o PL. Esses partidos, com as exceções normais ao empreendimento político, estão coligados ao PT em capitais e cidades importantes do país, com destaque para São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Goiânia. Outros partidos, como o PSB, também têm inúmeras alianças com o PT.

Quanto ao PMDB, é verdade que ele mantém alianças com o PT em apenas duas capitais: Curitiba e Palmas. Mas em números absolutos, o PMDB é o partido com o qual o PT tem mais alianças no interior do país, em cidades pequenas e médias. No Rio Grande do Sul, por exemplo, PT e PMDB sempre foram partidos fortemente concorrentes. Seria irrealista pretender que os dois partidos fossem aliados preferenciais no Estado. Mesmo assim, os dois partidos avançaram para alianças em quase uma centena de

municípios naquele Estado.

PT e PC do B, aliados tradicionais, estão juntos em 20 capitais e centenas de outros municípios. Deveriam estar juntos em Fortaleza e no Rio de Janeiro. Infelizmente, injunções locais impediram essas alianças. As determinações políticas de um país como o nosso e de um sistema partidário como o nosso fazem com que as variáveis locais cobrem preços significativos às estratégias nacionais. É essa complexidade da realidade que precisa ser compreendida pelos analistas. As exceções às definições nacionais dos partidos não necessariamente significam reveses insuperáveis. Muitas vezes, o tempo e os acontecimentos mostram que algumas exceções trazem mais benefícios do que prejuízos. Outras vezes as exceções às determinações nacionais dos partidos são meras expressões de interesses egoístas locais. Podem ser frutos também de incompreensões políticas.

É preciso observar que as políticas de alianças dos partidos nas eleições municipais se definem por lógicas contraditórias. Uma das lógicas nas quais os partidos estão incursos diz respeito ao seu próprio fortalecimento. Assim, numa determinada cidade, por exemplo, onde dois partidos tradicionalmente aliados dispõem de candidatos competitivos, essa lógica tende a fazer com que ambos os partidos lancem candidatos e se tornem concorrentes. Esse fenômeno deve ser visto como natural na vida política. O que o PT definiu é que nas disputas com partidos que fazem parte do campo nacional de alianças, deve ocorrer relacionamento civilizado, preservando relações para uma composição no segundo turno.

A própria existência de eleições em dois turnos determina que, no primeiro turno, se reforce a lógica da manifestação individual e do fortalecimento de cada partido. Já a lógica do segundo turno é a lógica da agregação das legendas em torno de candidatos e de partidos afins. No primeiro turno, as alianças ocorrem mais onde se apresentam candidatos com grande força de agregação, por conta de suas qualidades ou do potencial de vitória. Ao levar em conta a lógica do seu fortalecimento, o PT também montou uma estratégia eleitoral bem sucedida. Das 26 capitais, o partido tem candidatura própria em 23. Das 95 cidades com mais de 150 mil eleitores, o PT tem candidatura própria em 77. Nos quase cinco mil municípios onde o PT está organizado, tem candidatos ou a prefeito ou a vice ou a vereadores em todos eles.

Com as alianças e coligações definidas, agora a conjuntura política se desloca para a disputa eleitoral. O PT fará todos os esforços para que essa disputa represente um momento elevado de fortalecimento da democracia, priorizando o debate em torno de programas e propostas para melhorar a vida das pessoas nas cidades brasileiras.

* presidente nacional do PT

Dirigentes são designados para acompanhar campanhas

O GTE nacional do PT destacou dirigentes do partido para acompanhar mais efetivamente o desenvolvimento das campanhas eleitorais nos municípios prioritários. Confira abaixo os nomes dos dirigentes e os respectivos Estados que serão acompanhados

AC	Delúbio Soares	MA	Marlene Rocha/Gleber Naime	RJ	Paulo Ferreira/Marcelo Sereno/Ewerson Cláudio
AL	Francisco Campos	MG	Delúbio Soares/Gleber Naime/Romênio Pereira	RN	José Guimarães/Joaquim Soriano
AM	Maristella Matos/Romênio Pereira	MS	Francisco Campos	RO	Maristella Matos
AP	João Batista/Dalva Figueiredo	MT	Maristella Matos/Romênio Pereira	RR	João Batista
BA	Sílvio Pereira	PA	Dalva Figueiredo/João Batista	RS	Paulo Ferreira/Joaquim Soriano/Marcelino Pies
CE	José Guimarães/Joaquim Soriano	PB	Gleber Naime	SC	Marlene Rocha/Marcelo Sereno
ES	Marcelo Sereno/Paulo Ferreira/Ewerson Cláudio	PE	Gleber Naime	SE	Delúbio Soares
GO	Marlene Rocha	PI	Francisco Campos	SP	José Genoino/Mônica Valente/Carlos Árabe
		PR	Sílvio Pereira	TO	Maristella Matos / Romênio Pereira

CUPOM DE ASSINATURA

Assine o PT Notícias e fique sabendo tudo o que acontece com o nosso partido e com o governo Lula. Quinzenalmente, o PT Notícias chega à sua casa, para deixar você por dentro do que é importante. Basta preencher este cupom, escolhendo a melhor forma de pagar.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.

2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)

3) Cobrança bancária.

4) Cartão de crédito:
 Visa Mastercard Diners
Número do cartão: _____
Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado(a) ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
CEP 04117-091 – São Paulo – SP
Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 – Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

<p>PRESIDENTE NACIONAL DO PT José Genoino</p> <p>SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO Marcelo Sereno</p> <p>EDIÇÃO Priscila Lambert - MTb 31085</p> <p>REDAÇÃO Claudio Cezar Xavier, Renata Bessi (estagiária), Vladimir Braga e Walter Venturini</p> <p>ASSESSOR ADMINISTRATIVO Rodrigo Zamprogna</p> <p>APOIO ADMINISTRATIVO Rafaela Soares</p>	<p>DIAGRAMAÇÃO Sandra Luiz Alves</p> <p>ILUSTRAÇÕES Vicente Mendonça</p> <p style="text-align: center;">SEDE</p> <p>Rua Silveira Martins, 132 São Paulo, SP CEP 01019-000 Tel.: (11) 3243-1313 Fax: (11) 3243-1349 E-mail: ptnot@pt.org.br</p> <p>Página na internet: www.pt.org.br</p> <p style="text-align: center; font-size: x-small;">Tiragem: 12.000 exemplares Fotolitos e impressão: Gráfica King</p>
---	---

ELEIÇÕES 2004

PT traça plano para vereadores

O Partido dos Trabalhadores preparou uma estratégia de campanha específica para disputar as vagas nas câmaras municipais pelo país. Como forma de alcançar a meta de eleger ao menos um vereador por município onde houver disputa, o partido preparou uma série de ações, que vai da publicação de um caderno de orientação e um curso obrigatório até a avaliação de desempenho microrregional.

“O caminho da vitória será traçado por meio de campanhas institucionais para que o eleitor opte pelo vereador votando no 13 do PT”, informa o secretário

média oito horas de duração.

De acordo com Gleber, cada diretório municipal vai receber uma fita de vídeo, e cada candidato ao legislativo municipal, uma cartilha. “A intenção é que, preparado e munido das informações, o candidato petista consiga elaborar de modo consistente suas propostas de campanha”, frisou o secretário.

O caderno de formação e o vídeo são um material básico que compõe o “Projeto de capacitação dos candidatos e candidatas em todo o Brasil” estruturado pela Secretaria Nacional de Formação Política do

CURSO OBRIGATÓRIO DEVE SER FEITO DE 10 A 31 DE JULHO

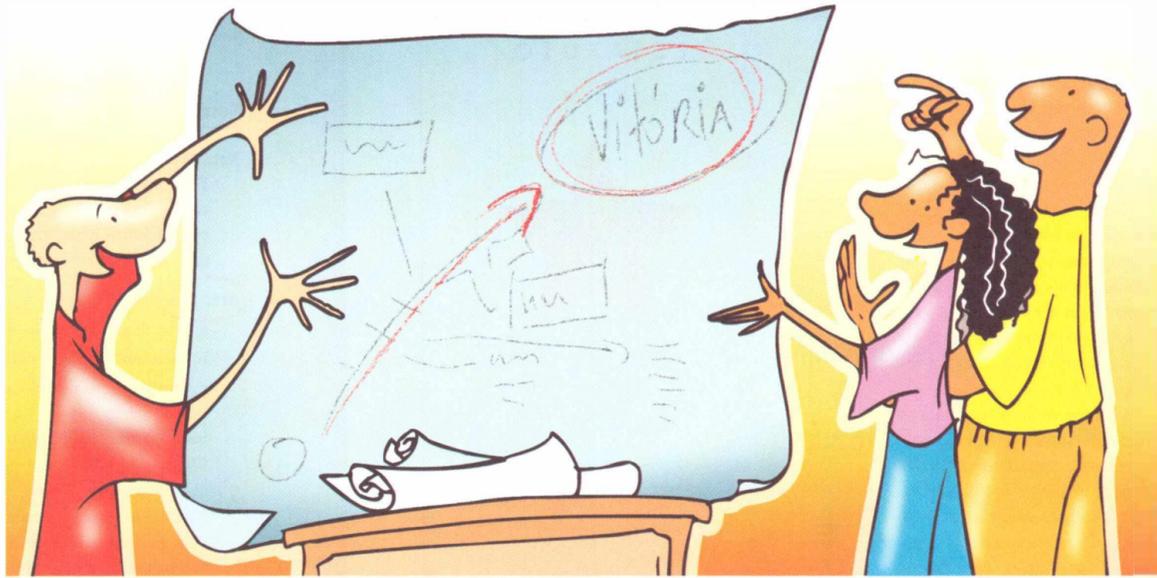
rio nacional de Organização, Gleber Naime. O PT Nacional produzirá vinhetas de rádio e TV, marcas, jingles e modelos de panfletos, cartazes e de outros materiais — e tudo estará disponível pela internet.

Além do apoio material, a direção nacional também dará um respaldo importante na formação dos candidatos. Os aspirantes a um cargo no legislativo municipal terão que participar de um curso obrigatório fornecido pelos diretórios municipais que, por sua vez, serão municiados pelo Diretório Nacional com uma fita de vídeo e um caderno de formação para candidaturas de vereador e vereadora. O curso, que deverá ser realizado de 10 a 31 de julho, terá em

PT com o GTE nacional e os diretórios estaduais. O curso, segundo Joaquim Soriano, secretário de Formação Política, vai trabalhar questões como formulação de propostas, organização de campanha, elementos de comunicação e marketing eleitoral.

Tanto a cartilha como o vídeo apresentarão “o modo petista de participar das eleições”. Segundo Soriano, isso é fundamental, especialmente para as cidades em que o PT disputa pela primeira vez.

“Além disso, com esse contingente de novos filiados que querem ter um contato maior com o partido, é importante lembrar a formação do PT, sua história e seus documentos históricos.”



Direção nacional dará apoio direto às campanhas

Além de auxiliar com materiais e com orientações aos candidatos — sejam a prefeitos ou vereadores —, a direção nacional do PT montou uma estrutura para oferecer apoio direto às campanhas. Para tanto, a estratégia passa pela criação da função de coordenadores estaduais de campanha designados pelos GTEs estaduais.

“Haverá, até mesmo, coordenadores microrregionais, no caso de a estrutura do diretório municipal per-

mitir e possuir pessoas aptas a coordenar os trabalhos. O coordenador fará a ponte entre o partido e o candidato”, frisou Gleber Naime, secretário nacional de Organização (leia abaixo). Para viabilizar toda a estrutura de campanha, o PT prepara também um portal que será utilizado para comunicação interna entre petistas.

Nacional X local

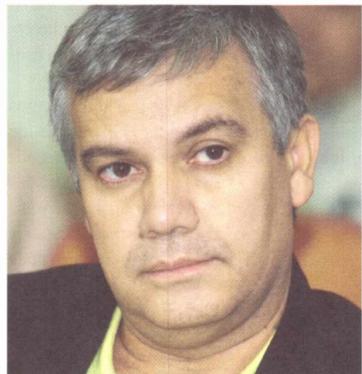
Entrar em uma campanha de maneira diferente das anteriores terá para o parti-

do um elemento a mais: a defesa do governo Lula. “Isso será fundamental nas andanças de campanha, mas o candidato deve ter em mente que mesmo a defesa das políticas federais deve ter por base o que se objetiva fazer em âmbito municipal”, destaca Gleber.

“Estamos preparados para defender o governo Lula e vamos apresentar dados para confirmar à população que estamos no rumo certo. Contudo, para o petista, será importante destacar quem

tem o melhor programa e está mais capacitado para trabalhar pelo município.”

O secretário ressaltou que o conjunto do partido está sendo preparado para ampliar a participação popular nesta campanha. “Isto tem a ver com o novo rumo proposto pelo governo Lula, isto é, vamos trabalhar pelo propositivo, por uma força política que está no rumo da mudança”, avaliou. “Temos clareza de que os temas fundamentais são as questões de cada cidade”.



Romênio Pereira (2º vice)



Gleber Naime (Organização)



Joaquim Soriano (Formação)

Foto: Heloise Balduino

Partido divide o país em microrregiões

A estratégia do PT para a campanha nos pequenos municípios do país passa pela microrregionalização das informações e do apoio direto. A afirmação foi feita pelo 2º vice-presidente nacional do PT, Romênio Pereira. O dirigente explica que o PT vem tendo, nas últimas eleições, uma penetração maior nos chamados grandes centros — capitais e cidades com mais de 150 mil eleitores. Para aumentar a capilaridade do partido, é preciso também ampliar sua inserção nas pequenas e médias cidades.

Para tanto, a estratégia inicial foi destacar dirigentes que conhecem a realidade de cada cidade no intuito de “pensar como viabilizar o

crescimento das candidaturas petistas”. Eles estarão em contato com os coordenadores regionais que, por sua vez, farão contato permanente com coordenadores das microrregiões em que os Estados serão divididos.

“Essa subdivisão facilitará o recebimento de informações e de materiais no interior dos Estados”, diz Romênio.

Ele aposta que, se depender de como o PT está organizado, haverá novamente um grande crescimento em seus quadros a partir desta eleição.

O partido também apoiará os pequenos municípios com material de campanha e assessoria jurídica. “Pretendemos, ainda, ampliar a informatização de forma a manter co-

nectadas todas as informações relevantes”. Neste sentido, a direção nacional já equipou, com computadores, quase todos os seus diretórios, que estarão conectados em rede.

Agenda

A partir deste mês, informou Romênio, começa uma agenda com as lideranças estaduais e, “quando for possível”, com lideranças nacionais, cujo objetivo é percorrer os municípios em apoio aos candidatos petistas. “Vamos trabalhar muito com vídeos, informativos, rádios, debates em sindicatos e discussões com trabalhadores”, disse. O trabalho, afirmou Romênio, enfocará o voto nos candidatos do PT ou aliados.

Cartilhas estão no Portal do PT

O GTE nacional do PT publicou uma série de cartilhas para orientar os candidatos e a condução das campanhas. Há o manual do candidato, além de cadernos sobre a elaboração dos programas de governo, sobre legislação eleitoral, pesquisa e propaganda, finanças, fiscalização e apuração. Também estão disponíveis cadernos elaborados por setoriais do PT. Todos eles podem ser acessados na página do GTE na internet, a partir do Portal do PT (www.pt.org.br).

Número de vereadores é reduzido

O Brasil terá, a partir de 2005, 8.528 vereadores a menos, conforme decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). O Legislativo tentou reduzir esse corte, mas o Senado rejeitou, em sessão realizada em 29 de junho, a proposta de emenda constitucional que di-

minuiu o corte para 5.062 vagas. Atualmente, existem 60.276 vagas para vereadores no Brasil, número que será reduzido para 51.748. O total de vereadores é definido pela população da cidade. Confira o total de vagas pelo número de habitantes:

Habitantes	Vereadores	Habitantes	Vereadores
Até 47.619	9 vagas	De 1.609.757 a 1.731.707	38 vagas
De 47.620 até 95.238	10 vagas	De 1.731.708 a 1.853.658	39 vagas
De 95.239 a 142.857	11 vagas	De 1.853.659 a 1.975.609	40 vagas
De 142.858 a 190.476	12 vagas	De 1.975.610 a 4.999.999	41 vagas
De 190.477 a 238.095	13 vagas	De 5 milhões a 5.119.047	42 vagas
De 238.096 a 285.714	14 vagas	De 5.119.048 a 5.238.095	43 vagas
De 285.715 a 333.333	15 vagas	De 5.238.096 a 5.357.141	44 vagas
De 333.334 a 380.952	16 vagas	De 5.357.142 a 5.476.188	45 vagas
De 380.953 a 428.571	17 vagas	De 5.476.189 a 5.595.235	46 vagas
De 428.572 a 476.190	18 vagas	De 5.595.236 a 5.714.282	47 vagas
De 476.191 a 523.809	19 vagas	De 5.714.283 a 5.833.329	48 vagas
De 523.810 a 571.428	20 vagas	De 5.833.330 a 5.952.376	49 vagas
De 571.429 a 1 milhão	21 vagas	De 5.952.377 a 6.071.423	50 vagas
De 1.000.001 a 1.121.952	33 vagas	De 6.071.424 a 6.190.470	51 vagas
De 1.121.953 a 1.243.903	34 vagas	De 6.190.471 a 6.309.517	52 vagas
De 1.243.904 a 1.365.854	35 vagas	De 6.309.518 a 6.428.564	53 vagas
De 1.365.855 a 1.487.805	36 vagas	De 6.428.565 a 6.547.611	54 vagas
De 1.487.806 a 1.609.756	37 vagas	Acima de 6.547.612	55 vagas

Pré-campanha ampliou organização partidária

Na pré-campanha, que se encerrou no mês de junho, o GTE nacional promoveu uma série de atividades para aprimorar a organização do partido.

Foram realizados seminários estaduais de planejamento eleitoral em 18 Esta-

dos, envolvendo 6.000 dirigentes. O partido conseguiu também reunir mais de mil pessoas dos 27 Estados na Conferência Nacional de Estratégia Eleitoral, cujas discussões foram irradiadas em conferências estaduais.

O GTE também vem

acompanhando a situação nos 95 municípios com mais de 150 mil habitantes e produzindo relatórios detalhados.

Além disso, sob o comando da Secretaria Nacional de Finanças do PT, mais de 90% dos diretórios municipais do PT foram equipa-

dos com computadores, que serão ligados em rede para possibilitar a agilidade da comunicação. A Secretaria de Assuntos Institucionais (Snai) lançou, junto com a Fundação Perseu Abramo, a revista “Cidades Vivas”, que traz reportagens sobre pro-

jetos importantes de prefeituras administradas pelo PT e está à venda em bancas de jornais.

A Secretaria Nacional de Comunicação, enquanto planeja a produção de materiais de campanha, lançou, no início de julho, a revista “Bra-

sil em Movimento”, que apresenta as principais realizações do governo Lula. As revistas serão distribuídas a todos os diretórios municipais do país e servirá para levar argumentos de defesa do governo Lula aos candidatos e militantes.

E L E I Ç Õ E S 2 0 0 4

Candidatos assinam compromisso

O Grupo de Trabalho Eleitoral Nacional do PT (GTE 2004) divulgou o texto-modelo do Compromisso Partidário do Candidato Petista, documento que, conforme estabelece o Estatuto do PT (em seu artigo 128), deve ter sido assinado por todos os candidatos petistas nas convenções municipais de todo o país.

Neste documento, o candidato declara estar de acordo com o compromisso, bem como com o conteúdo do programa e do estatuto e com demais normas e resoluções do partido, tanto em relação à campanha quanto em relação ao exercício do mandato.

O compromisso apresenta as principais diretrizes de um mandato petista, com suas marcas políticas e relações entre bancadas, funcionários e instâncias partidárias. O documento reitera o conteúdo da resolução sobre finanças aprovada pelo Diretório Nacional do PT em abril, que proíbe o recebimento de doações de origem ilícita. Confirma a íntegra:

Compromisso partidário do candidato petista

1. As marcas conquistadas:

O PT é hoje uma referência consolidada de luta em defesa da justiça social, de empenho na organização da sociedade, de governo em favor da maioria da população e de honestidade no trato da coisa pública.

Com essas marcas, o PT fortalece seus laços com o movimento social, constitui-se numa alternativa real de governo e ocupa uma presença importante no Legislativo.

O PT conquistou esses espaços atuando durante 24 anos baseado nos princípios do Manifesto de Fundação, no Estatuto, no Programa do Partido e nas resoluções dos Encontros Nacionais.

Esses componentes positivos da imagem do PT formam um precioso patrimônio — reconhecido até pelos adversários mais contudentes do partido — que deve ser preservado e ampliado.

As campanhas eleitorais e os mandatos eletivos são emblemáticos para o fortalecimento do PT e de suas marcas. Candidatos, dirigentes, personalidades públicas e detentores de mandatos eletivos são filiados com as maiores responsabilidades, pois têm ao seu alcance maiores possibilidades de utilização de meios de expressão, recursos e de audiência pública. Cabe principalmente a esses militantes consolidar de forma exemplar as propostas, a ética e a disciplina do partido.

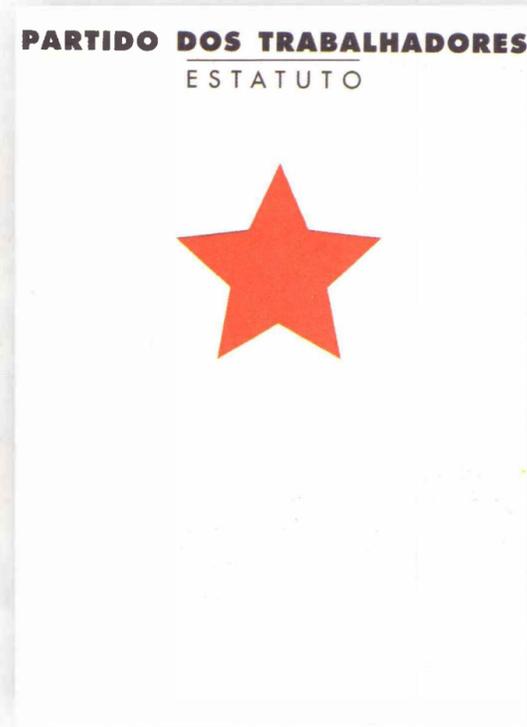
Ao firmar este documento, as candidatas e os candidatos do PT reiteram seu compromisso com as deliberações partidárias e explicitam sua concordância com as regras específicas de relacionamento entre o partido e os militantes que disputam eleições, bem como os que serão eleitos.

2. Os compromissos de campanha:

— *Caráter partidário das campanhas eleitorais:*

A candidata ou o candidato proporcional terá garantido o registro de sua candidatura e o acesso ao apoio técnico, político e material fornecido pelas instâncias partidárias somente se:

- Efetuar regularmente contribuição financeira aos fundos coletivos de apoio às eleições para garantir a constituição e funcionamento dos Comitês Eleitorais, a sustentação da campanha dos majoritários e o auxílio às candidaturas proporcionais, nos moldes aprovados pelo IIº Congresso e regulamentações posteriores do DN.
- Destinar obrigatoriamente espaço significativo nos materiais de propaganda aos candidatos



O artigo 128 do Estatuto do PT determina a assinatura do compromisso partidário pelos candidatos antes das eleições

majoritários, à legenda partidária e, quando houver, à coligação.

As atividades e peças publicitárias de propaganda eleitoral das campanhas proporcionais deverão obrigatoriamente destacar as candidaturas majoritárias, mencionar a legenda do Partido e, quando houver, a coligação.

Peças publicitárias ou atividades de grandes proporções de candidatos/as proporcionais, como "outdoors" ou equivalentes, devem ser expressamente autorizadas pelo respectivo Diretório Estadual ou Comitê Eleitoral.

É proibido realizar atividades de campanha eleitoral ou peças publicitárias com candidatos(as) de outros partidos, ou as denominadas dobradinhas, salvo no caso de coligações eleitorais aprovadas em Convenção.

Os órgãos municipais só arcarão com as dívidas das campanhas eleitorais dos(as) candidatos(as) majoritários (as) quando os gastos tenham sido expressamente autorizados pelo respectivo Diretório ou Comitê Eleitoral.

É vedado ao candidato receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

- Entidade ou governo estrangeiro;
- Órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do poder público;
- Concessionário ou permissório de serviço público;
- Entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;
- Entidade de utilidade pública;
- Entidade de classe ou sindical;
- Pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior;
- Fundação Perseu Abramo.
- Pessoa física ou jurídica que mantenha atividades relacionadas aos jogos de azar, jogo do bicho, bingos e assemelhados, ou que mantenha qualquer outra atividade ilícita ou comércio ilegal;
- Pessoa física ou jurídica que mantenha atividades com a exploração da mão de obra escrava ou com menores de 14 anos.

A utilização de recursos recebidos de fontes relacionadas nas letras "a" até "h" constitui irregularidade insanável da prestação de contas enviadas à Justiça Eleitoral, ainda que idêntico valor seja posteriormente resti-

tuído.

O recebimento, por candidato, de fontes relacionadas nas letras "i" e "j" do item acima serão passíveis de punição disciplinar.

Poderá ser expulso do Partido, nos termos previstos no Estatuto, o(a) candidato(a) que atuar contra as candidaturas partidárias, ou fizer campanha para candidato(a) de partidos não apoiados pelo Partido, ou que descumprir qualquer das cláusulas do presente "Compromisso Partidário do Candidato Petista".

Prestação de contas das campanhas eleitorais

Os candidatos deverão, para apresentação da respectiva prestação de contas, observar as normas estabelecidas no Estatuto partidário, devendo, ainda atender às exigências contidas na Lei Eleitoral, Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral e Resoluções e normas aprovadas pela instância nacional do Partido, observando os limites de gastos estabelecidos pelas instâncias partidárias.

Na entrega da documentação para o registro da respectiva candidatura, deverá o(a) candidato/a comunicar à instância partidária correspondente o número da conta bancária a ser obrigatoriamente aberta em seu próprio nome para a movimentação financeira de sua campanha eleitoral.

O(a) candidato(a) proporcional deverá efetuar os gastos de campanha em seu respectivo nome, assumindo individualmente eventuais dívidas daí decorrentes.

A prestação de contas dos candidatos proporcionais deverá ser entregue ao Comitê Financeiro no prazo estabelecido pela instância municipal para que seja devidamente consolidada e encaminhada à Justiça Eleitoral no prazo legal.

3. Os compromissos dos mandatos:

— *Caráter Partidário do Mandato*

O Partido concebe o mandato como partidário. Por isso, os integrantes das Bancadas nas Casas Legislativas deverão subordinar sua ação parlamentar aos princípios doutrinários e programáticos, bem como às deliberações e diretrizes estabelecidas pelas instâncias de direção partidária.

O(a) candidato(a) reconhece, através deste Compromisso e nos termos do Estatuto do Partido, que todo mandato eletivo pertence ao Partido e que suas instâncias de direção poderão adotar todas as medidas necessárias

DA ESCOLHA DOS CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS E MAJORITÁRIAS

CAPÍTULO I

Normas gerais

Art. 127. Em qualquer nível, caberá à Comissão Executiva ou ao Diretório correspondente abrir o período eleitoral para indicação, impugnação e aprovação de candidaturas às eleições proporcionais e majoritárias, devendo ser respeitado o calendário nacional estabelecido pelo Diretório Nacional.

Art. 128. São pré-requisitos para ser candidato do Partido:

- estar filiado ao Partido, pelo menos, um ano antes do pleito;
- estar em dia com a tesouraria do Partido;
- assinar e registrar em Cartório o "Compromisso Partidário do Candidato Petista", de acordo com modelo aprovado pela instância nacional do Partido, até a realização da Convenção Oficial do Partido.

§ 1º A assinatura do "Compromisso Partidário do Candidato Petista" indicará que o candidato está previamente de acordo com as normas e resoluções do Partido, em relação tanto à campanha como ao exercício do mandato.

§ 2º Quando houver comprovado descumprimento de qualquer uma das cláusulas do "Compromisso Partidário do Candidato Petista", assegurado o pleno direito de defesa à parte acusada, o candidato será passível de punição, que poderá ir da simples advertência até o desligamento do Partido com renúncia obrigatória ao mandato.

para preservar esse mandato se o ocupante deixar a legenda ou dela for desligado, e compromete-se, se eleito a:

- combater rigorosamente qualquer privilégio ou regalia em termos de vencimentos normais e extraordinários, jetons, verbas especiais pessoais, subvenções sociais, concessão de bolsas de estudo e outros auxílios, convocações extraordinárias ou sessões extraordinárias injustificadas das Casas Legislativas e demais subterfúgios que possam gerar, mesmo involuntariamente, desvio de recursos públicos para proveito pessoal, próprio ou de terceiros, ou ações de caráter eleitoral ou clientelista;
- contribuir financeiramente de acordo com as normas previstas no Estatuto e Resoluções das instâncias superiores;
- em questões polêmicas ou projetos de lei controversos de iniciativa da Bancada Parlamentar, participar dos debates amplos e sistemáticos a serem organizados no interior do Partido.

Os petistas detentores de mandatos eletivos devem se empenhar na construção das melhores condições para o exercício dos mandatos. Isso significa colocar à disposição da população o maior leque de informações em especial aquelas relativas à arrecadação e gastos no Executivo e no Legislativo.

Significa também dar ampla publicidade aos procedimentos e tramitações internos, e adequar as instituições ao atendimento dos interesses da população. Faz parte desse objetivo, batalhar pela qualificação das assessorias no legislativo e no executivo, pela informatização e outros mecanismos que favoreçam a democratização.

4. Executivos e instâncias: conselho político

Será constituído em cada governo municipal do PT um conselho político integrado, necessariamente, pelo Prefeito, Secretários, direção partidária e liderança de bancada. Nos governos de coalizão dirigidos por outros partidos, o Conselho Político deverá ser um dos itens programáticos da coligação. O caráter do conselho político será definido posteriormente pelo DN.

5. Assessorias e funcionários

As bancadas municipais constituirão assessoria coletiva, além das assessorias individuais de cada parlamentar.

5.1 — Para a infra-estrutura da assessoria coletiva e de outros organismos do Partido, cada parla-

mentar deve colocar à disposição os meios necessários para seu funcionamento, nas condições estabelecidas no Estatuto e Resoluções aprovadas pelas instâncias superiores do Partido, respeitadas a legalização e as normas vigentes nas instituições em que se encontrem.

5.2 A Assessoria coletiva deverá servir para o aprimoramento da relação da bancada parlamentar com o Partido e a elaboração de políticas públicas, estabelecendo canais de comunicação para que sejam implementados os projetos defendidos pelo Partido.

6. Contribuição financeira

A candidata ou candidato, se eleita/eleito, compromete-se a efetuar, mensalmente, contribuição financeira nas condições estabelecidas pelo Estatuto e Resoluções dos órgãos superiores do Partido.

7. Bancada, lideranças e instâncias

A Bancada Parlamentar é um órgão partidário que se subordina às deliberações do Diretório de nível respectivo. A indicação da Liderança da Bancada será de responsabilidade da própria bancada, ouvida a Comissão Executiva do Diretório correspondente. A Liderança da Bancada integra a Comissão Executiva e o Diretório de nível correspondente, com direito a voto.

Pelo menos um integrante dessa Comissão Executiva participará regularmente das reuniões de bancada.

8. Planos e projetos no legislativo

Pelo menos uma vez por semestre, os Diretórios promoverão reunião com a Bancada do nível correspondente, para balanço, prestação de contas, apresentação de propostas comuns e indicação de diretrizes.

9. Planos, projetos e acompanhamento no Executivo

Da mesma forma, ao menos semestralmente, os Diretórios promoverão reunião com o Executivo do respectivo nível para balanço, prestação de contas, apresentação de propostas comuns e indicação de diretrizes.

10. Contribuição financeira da assessoria e funcionários do mandato

Os assessores parlamentares da assessoria individual, da coletiva e da liderança bem como todos os secretários, administradores, chefes de gabinete e demais petistas nomeados pelo executivo, efetuarão mensalmente

uma contribuição financeira ao Partido, nas condições estabelecidas pelo Estatuto em vigor e demais resoluções dos organismos superiores do Partido.

11. Assessorias dos executivos

A escolha dos integrantes de todos os escalões dos governos municipais é de responsabilidade dos prefeitos eleitos, ouvidas as instâncias partidárias e os partidos coligados, quando houver.

12. Nepotismo

O mandatário petista não poderá nomear ou designar para cargos, empregos ou funções de confiança de direção, chefia e assessoramento, que compõem os quadros de pessoal do Executivo e Casas Legislativas, o cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, inclusive, dos respectivos titulares da prerrogativa de nomeação ou de designação, inclusive por delegação de competência, ou de agente público que esteja diretamente subordinado a esses titulares.

Excetua-se desta obrigação o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou emprego permanente no quadro de pessoal do respectivo órgão ou entidade, desde que observada compatibilidade entre o nível de formação e qualificação do servidor com a função, emprego ou cargo de confiança a ser exercido, vedado o exercício de cargo, emprego ou função de confiança subordinado a cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau civil. Excetua-se também a relação de parentesco que venha a se constituir após a nomeação ou investidura no cargo, emprego ou função de confiança.

Esta obrigação aplica-se aos cargos, empregos e funções de confiança dos poderes Executivo e Legislativo, assim como das entidades da administração indireta, inclusive empresas estatais e sociedades de economia mista e quaisquer pessoas jurídicas que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores públicos.

13. Outros compromissos

As Bancadas Parlamentares, os Diretórios e os Encontros poderão adotar resoluções para aperfeiçoar a concepção petista e partidária dos mandatos eletivos majoritários ou proporcionais, desde que não estejam em contradição com o Estatuto, as Resoluções Nacionais e este Compromisso, submetendo-as ao referendo das instâncias superiores.

As presentes normas deverão ser observadas obrigatoriamente a partir da campanha eleitoral por todos os candidatos, candidatas, parlamentares e membros do Executivo eleitos pelo Partido.

O(a) candidato(a) compromete-se, ainda, a cumprir as demais resoluções aprovadas pelo Diretório Nacional relativas às eleições 2004. Quando houver comprovado descumprimento de qualquer uma das cláusulas do presente "Compromisso Partidário do Candidato Petista", assegurado o pleno direito de defesa à parte acusada, o(a) candidato(a) será passível de punição, que poderá ir da simples advertência até o desligamento do Partido com renúncia obrigatória ao mandato, nos termos previstos no Estatuto do PT.

Declaro que estou de acordo com esse compromisso, bem como com o conteúdo estabelecido no Programa e no Estatuto e nas demais normas e resoluções do Partido, tanto em relação à campanha quanto em relação ao exercício do mandato.

SALÁRIO MÍNIMO

‘Valor possível’ passa na Câmara

A aprovação da medida provisória do governo federal que reajusta o salário mínimo para R\$ 260 demonstrou o senso de responsabilidade das bancadas do PT e de partidos aliados, afirmam lideranças petistas. “Do ponto de vista da necessidade social, o valor do salário mínimo de R\$ 260 fica aquém da expectativa. Mas este foi o máximo possível que o presidente Lula e sua equipe conseguiram definir em face dos recursos orçamentários”, ressaltou o presidente do PT, José Genoíno.

Um aumento maior implicaria remanejar recursos destinados a outras prioridades, como o Bolsa Escola e o Bolsa Família. Além disso, as contas da Previdência Social, que apresentam déficit, seriam ainda mais afetadas. Segundo o deputado Carlito Merss (PT-SC), cada R\$ 15 a mais no valor do mínimo representariam R\$ 3 bilhões a menos em investimentos no Brasil.

O líder do PT na Câmara, Arlindo Chinaglia (SP), ressaltou que o mínimo aprovado tem o maior poder de compra desde 1987. Os dados constam de um estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econô-

mica Aplicada). Ele lembrou que, quando Lula assumiu, em janeiro de 2003, o salário mínimo em dólar era de US\$ 56. Em maio de 2004, pulou para US\$ 88.

Indisciplina

O PT e as bancadas do partido na Câmara e no Senado fecharam questão em torno da MP do governo, por considerar que o valor era o maior dentro das possibilidades orçamentárias da União.

Nove deputados e três senadores petistas agiram contra a orientação partidária. Reunida no dia 28 de junho, a Executiva Nacional do PT decidiu que esses parlamentares não devem ser indicados para novas funções de representação na bancada e no partido e que será aberto um canal de diálogo com eles para restabelecer a unidade de ação (leia ao lado). Segundo Genoíno, o PT considera que a atitude desses parlamentares foi de indisciplina, mas não de ruptura com o partido. “Trata-se do direito de representar a bancada e o partido. O parlamentar tem de estar, mesmo divergindo, agindo de comum acordo”, afirmou.



Members da Comissão Executiva Nacional do PT se reúnem em SP para votar questões como a indisciplina de voto

Leia a resolução sobre indisciplina**Resolução sobre a indisciplina de voto na votação da MP do salário mínimo**

1 – Considerando que na votação da Medida Provisória que definiu o novo valor do salário mínimo tanto a bancada petista da Câmara dos Deputados quanto a bancada do Senado, junto com a Executiva Nacional do PT, fecharam questão, em decisões democráticas, após intensos debates, em apoio à proposta enviada pelo governo ao Congresso;

2 – Considerando que nove deputados e três senado-

res votaram contra a orientação das bancadas e do Partido, infringindo a disciplina de voto e a unidade partidária, definidas estatutariamente;

3 – Considerando que a quebra da disciplina de voto e da unidade partidária implicam sanções previstas nos Estatutos, a Executiva Nacional do PT resolve:

a) Julgar que a infração disciplinar cometida pelos parlamen-

tares se constituiu em conduta reprovável; que a natureza da divergência é essencialmente política. E não de caráter ético;

b) Propor aos nove deputados e aos três senadores a abertura de um processo de discussão visando a repactuar sua relação com o partido e com as respectivas bancadas.

c) Enquanto esta discussão não se conclui, determinar que estes nove deputados e três senadores que votaram contrari-

amente à orientação partidária e de suas respectivas bancadas, não devem ser indicados para qualquer nova função de representação de bancada e do partido.

d) Assim, a análise da infração disciplinar e a suspensão de novas representações das bancadas e do partido dos referidos parlamentares será avaliada após a definição desse novo pacto de relacionamento político. São Paulo, 28 de junho de 2004

Deputado do RS será ouvidor nacional do PT

O Diretório Nacional do PT tem, a partir de agora, um ouvidor nacional para receber, encaminhar e responder demandas de cidadãos e filiados, entre outras atribuições.

O cargo será ocupado por um quadro político: o deputado estadual Flávio Koutzii (PT-RS). Para ele, o trabalho do ouvidor será não só acompanhar as questões que chegam até ele, mas obter informações de forma propositiva. “A intenção é buscar os encontros com os movimentos sociais, cerne do PT, para juntos trabalharmos de maneira propositiva as questões políticas”, destacou.

Leia abaixo a resolução aprovada pela Executiva Nacional sobre as atribuições da ouvidoria:

Resolução

Tendo em vista a necessidade de regulamentar o funcionamento da Ouvidoria Nacional do PT, de acordo com o artigo 232 do Estatuto, o Diretório Nacional resolve aprovar as seguintes normas que disciplinam o exercí-



O deputado estadual Flávio Koutzii (RS) é o novo ouvidor

cio de suas atividades:

1 - A Ouvidoria Nacional é um órgão de cooperação do partido, com a finalidade de contribuir para manter o partido sintonizado com as aspirações do conjunto de seus filiados e com os setores que pretende representar;

2 - A Ouvidoria estará subordinada à Comissão Executiva Nacional e manterá infra-estrutura adequada e serviço telefônico destinado a receber denúncias, reclamações e sugestões.

3 - O/A ouvidor/a nacional será designado/a pela CEN do partido por maioria de votos de

seus membros para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por mais um período consecutivo;

4 - São atribuições do/a Ouvidor/a:

a) administrar o funcionamento da Ouvidoria em conformidade com os princípios partidários;

b) responder aos cidadãos, filiados e às entidades quanto às providências tomadas pelo partido sobre eventuais procedimentos instaurados de seu interesse;

c) receber e encaminhar à Comissão Executiva Nacional para as providências cabíveis, reclamações ou denúncias fundamentadas sobre atos considerados ilegais, abusivos, desonestos ou que violem as obrigações estatutárias referentes à integridade política, administrativa e financeira do Partido, ou sobre o uso inadequado do nome, da imagem e dos símbolos do PT; cometidos por lideranças nacionais ou membros das instâncias de direção nacional. Fatos relativos a lideranças estaduais e municipais devem ser encaminhados às instâncias respectivas e acompanhados pela Ouvidoria Nacional. Se houver repercussão nacional, a Ouvidoria encaminhará à CEN.

d) verificar a pertinência das de-

núncias ou reclamações recebidas e resguardar o sigilo das informações;

e) promover, quando solicitado pela Presidência, a investigação preliminar, fazer diligências, solicitar informações sobre as denúncias referidas no item “d”, para o fim de preparar e encaminhar relatório à Comissão Executiva Nacional;

f) dar conhecimento, através de relatório, de todas as denúncias, reclamações e consultas recebidas à Comissão Executiva Nacional, a cada dois meses, ou, imediatamente, quando se tratar de fato grave;

g) propor medidas à Comissão Executiva Nacional para sanar as violações, ilegalidades ou abusos constatados ou assessorar na prevenção e solução de conflitos relacionados às atividades acima descritas, para o fim de preservar e defender o Partido e suas lideranças de ofensas, calúnias e qualquer uso inadequado do nome, da imagem e dos símbolos do PT;

5 - O/A Ouvidor(a) poderá participar das reuniões das instâncias nacionais, com direito a voz, quando convidado, e sem direito a voto.

São Paulo, 28 de Junho de 2004

Conheça o ouvidor

Deputado estadual pelo Rio Grande do Sul no quarto mandato e membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, Flávio Koutzii foi líder estudantil e militante de organizações de esquerda na década de 60.

Exilou-se do país logo após o AI-5. Viveu na França, no Chile e na Argentina, onde ficou preso durante quatro anos pela ditadura militar. Libertado após ampla campanha internacional, retornou a Paris onde formou-se em Ciências Sociais pela Escola de Altos.

Na volta ao Brasil, filiou-se ao PT. É autor do livro “Pedacos de Morte no Coração”, sobre sua experiência em prisões argentinas. Foi chefe da Casa Civil do governo Olívio Dutra (99-02).

POLÍTICA EXTERNA

Viagem à China já rendeu US\$ 462 mi

A política externa implementada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de ampliar o diálogo com nações da África e do Oriente vem gerando bons resultados. O mais recente foi obtido na China, para onde Lula viajou em maio. No mês seguinte, o Brasil fechou o valor recorde de US\$ 462 milhões em negócios para os próximos 12 meses.

Levantamento da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex) mostrou que mais de 100 micros e pequenos empresários brasileiros participaram de negociações com 1,2 mil empresários chineses. Petistas avaliaram que a viagem à China



O presidente Lula discursa em viagem à China

permitiu aos dois países identificar espaço para uma política complementar, pela qual o Brasil pode produzir o que a China não produz e vice-versa.

“Há entendimento mútuo de que a relação com a China é uma parceria estratégica

que pode alterar a assimetria das relações comerciais do planeta, na qual os países ricos impõem condições que impedem o pleno desenvolvimento dos demais países”, avaliou o deputado Henrique Fontana (PT-RS), que inte-

grou a comitiva presidencial.

O deputado Paulo Rocha (PT-PA), outro integrante da comitiva, destacou quatro pontos importantes. “Uma pujança muito grande de desenvolvimento na China, a possibilidade de complementaridade entre os dois países, a vontade de negociar dos chineses e a disposição de Lula em buscar novos mercados”, disse.

O presidente tem realizado viagens a vários países com o objetivo de aumentar a promoção comercial e atrair investidores. Houve, por exemplo, missões para Dubai, Rússia e países da África. Em novembro, nova missão será realizada à Índia.

Lula atrai investidores em NY

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou, em Nova York, no mês de junho, as razões pelas quais o Brasil pode ser considerado um bom destino para investimentos. Lula e oito ministros de Estado destacaram diferentes temas da economia brasileira no encontro “Brasil e Parceiros — Oportunidades de Investimentos”. Cerca de 700 executivos de grandes corporações dos Estados Unidos, México e Canadá participaram do encontro.

Viagem com proposta semelhante a esta foi feita

por Lula, em janeiro, a Genebra (Suíça), quando o presidente também falou a investidores.

O objetivo é revelar o moderno parque industrial, tecnologia de ponta e projetos atraentes nas áreas de infra-estrutura (transporte, portos, estradas), energia, agricultura e turismo. Ainda em Nova York, foi lançado o Guia de Investimento no Brasil, que tem os principais indicadores da economia nacional e descreve projetos potenciais para as Parcerias Público-Privadas (PPP).

BALANÇO



DEZOITO MESES DE

O governo Lula completou 18 meses no dia 5 de julho. Para marcar a data, foi lançada, pelo governo federal, a revista "O Brasil está mudando", que apresenta as principais realizações do governo em todas as áreas de atuação. No mesmo dia, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e o presidente Lula discursaram e apresentaram um balanço das ações do governo.

Dirceu destacou o crescimento econômico, a criação recorde de novos postos formais de trabalho e enfocou, ainda, o novo modelo de desenvolvimento iniciado por Lula, a inserção soberana do país e os incrementos na gestão do Estado, no diálogo com a sociedade, na cidadania, na inclusão social e no combate à corrupção. "O governo Lula não rouba, não deixa roubar e combate a corrupção", reiterou Dirceu.

Lula ressaltou, entre outros aspectos, o aprofundamento do diálogo que seu governo promoveu com a sociedade ao estreitar o relacionamento com as entidades representativas dos trabalhadores e as prefeituras. Otimista, o presidente lembrou que, a partir dos dados apresentados no balanço, é possível comparar as realizações de seu governo com as de qualquer outro mês, semestre ou ano de seus antecessores. Abaixo, reproduzimos alguns dos destaques apresentados por Dirceu sobre as realizações da atual gestão.

RETOMANDO O CRESCIMENTO ECONÔMICO

- Crescimento do PIB pelo terceiro trimestre consecutivo
- Produção industrial cresceu 6,1% em 2004
- Vendas de bens de consumo não duráveis cresceram mais de 4% em relação ao mesmo período de 2003
- A recuperação industrial aconteceu dentro de um quadro de declínio de preços
- Em doze meses, as taxas acumuladas de inflação tiveram queda de 17% em abril de 2003 para 5,2% em abril de 2004
- Em doze meses, a taxa de crescimento dos empregos com carteira assinada foi de 3,5% nas maiores regiões metropolitanas, e de 4,5% no interior
- O Caged apresentou em 2004 um saldo positivo de 826 mil novos postos de trabalho. Aumento de 90% em relação a 2003
- Em maio o emprego formal registrou o maior saldo desde 1992, com 291 mil empregos formais

NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Retomando os Investimentos Públicos

- Recebemos o governo com investimentos de R\$ 4 bilhões, elevamos para R\$ 12 bilhões
- Estamos reorganizando o Sistema Financeiro Público para que retome o papel de apoio à Infra-estrutura

Saneamento

- Disponibilizados R\$ 4,9 bi para o financiamento de obras de saneamento ambiental, recursos que estão beneficiando 21 Estados, 329 municípios e

cerca de 5,1 milhões de famílias

- Considerando apenas o que já foi contratado (R\$ 3,9 bi), isto é 14 vezes mais do que foi contratado no último governo (1999 a 2002)

Habitação e Regularização Fundiária

Programas Habitacionais:

- Direcionou recursos para famílias com renda até 5 SM (93% do déficit)
- Aplicados R\$ 6,7 bi
- Atendidas 475 mil famílias (59% com renda até 5 SM)
- Ações: financiamento de imóveis novos e usados, urbanização de assentamentos precários, aquisição de material de construção e reforma de moradias

Programa Papel Passado:

- Plano nacional de apoio a projetos de regularização fundiária em áreas urbanas

- Ações em 52 municípios, beneficiando 45 mil famílias

Energia

- Expansão do setor elétrico com novas regras
- Expansão da oferta – nos 18 meses, houve acréscimo de 5.184 MW de potência instalada e expansão de 5.116 km de linhas de transmissão
- PROINFA (selecionados 3,3 mil MW)
- Implantação do Programa Nacional de Biodiesel
- Construção de Plataformas com participação majoritária da indústria nacional – P-51 e P-52
- Luz para Todos – Em fase de execução. Assinados contratos no valor de 2,5 bi e previstas 567 mil novas ligações, beneficiando 2,8 milhões de pessoas

Transportes

Prioridade: recuperação das rodovias

- Restaurados 2.106 km de estradas
- Contratados serviços de conservação em 37.610 km
- Sinalização de 12.191 km

Infra-estrutura aeroportuária

- Investidos R\$ 471,6 milhões na modernização de aeroportos
- Ampliados 6 aeroportos e outros 9 em obras serão inaugurados ainda este ano
- 50 mil novos empregos

Segurança nos Portos - Implantado o ISPS Code

- Indústria Naval - Programa de Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante possibilitou o lançamento de 21 embarcações

Transporte urbano sobre trilhos - Retomadas as obras dos metrô de Fortaleza, Recife, Salvador e Belo Horizonte

FORTALECENDO O SETOR PRODUTIVO

- Retomando o papel do Sistema Financeiro Público para fomentar a economia
- Viabilizando o desenvolvimento sustentável com distribuição de renda

Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

- Incentivo ao setor de informática e automação com a Lei de Informática
- Programa de nanociência e nanotecnologia
- Novo Recof

- Nova Cofins
- Sistema Radar Comercial
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial
- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
- Modercarga: R\$ 2 bilhões
- Modermaq: R\$ 2,5 bilhões
- Prosoft: R\$ 100 milhões
- Profarma: R\$ 500 milhões
- Bens de capital sob encomenda: R\$ 500 milhões
- Redução da alíquota do IPI de 5% para 3,5%, devendo chegar a zero em 2006
- Regime tarifário especial – redução para 2% do imposto de importação de bens de capital sem produção nacional
- Os investimentos, em 2003, foram de US\$ 11,4 bilhões

Política de comércio exterior

Brasil Exportador: recordes históricos

- Recorde histórico: em seis meses de 2004, as exportações alcançam US\$ 43,3 bilhões com crescimento de 29,1%
- O superávit da balança comercial também é recorde: US\$15 bilhões.
- Em 2003, as exportações batem o recorde de US\$ 73 bilhões, crescimento de 21% em relação ao mesmo período de 2002. O dado contrasta com a expectativa de crescimento do comércio mundial, de apenas 2,9% este ano

Agronegócio

- Na safra 2003/2004 foram ofertados R\$ 27,1 bilhões - um crescimento de 25,3% sobre 2002/03
- Para 2004/05, a programação é de R\$ 39,45 bilhões, um aumento de 45% sobre 2003/04

Amparo para o café:

- Nova linha de crédito: R\$ 500 milhões
- Alongamento das dívidas dos cafeicultores.
- Incluído na política de garantia de preços mínimos
- Recursos para custeio e comercialização do trigo: Em 2003, a produção alcançou 5,9 milhões de toneladas, o dobro da colheita anterior

Leite teve garantia e foi incluído na política de preço mínimo:

- Houve reajuste de 18,7% na safra 2003-2004 e aumento do limite de crédito por produtor em 50%: de R\$ 60 mil para R\$ 90 mil
- Medidas para enfrentar a grave crise de abastecimento de milho, sorgo: o financiamento ao milho cresceu 58% tendo como resultado aumento de 34% da produção
- O financiamento para o sorgo cresceu 223% com aumento de 113% na produção

Facilidades para compra de grãos:

- O Programa de Venda em Balcão atendeu, de janeiro de 2003 a março de 2004, a 4.552 granjeiros e 186 moinhos de arroz, pequenos consumidores de grãos

Micro, pequena e média empresa

- O BB, Caixa, BNB e BASA priorizaram o setor, aplicando R\$ 37,2 bilhões em 17 meses (R\$ 28 bi só do BB)
- Nos cinco primeiros meses de 2004, colocamos 35% mais crédito que em todo o ano de 2002
- Foram R\$ 19,4 bilhões em 2003 e R\$ 17,8 bilhões de janeiro a maio contra R\$13,2 bilhões em 2002
- O BNDES aplicou outros R\$ 14,5 bilhões de reais



GOVERNO LULA

Microcrédito e inclusão bancária

- Foram abertas mais de 3,2 milhões de contas
- Só na Caixa, foram 1,8 milhão, e 275 mil trabalhadores têm crédito rotativo de R\$ 200
- Os bancos públicos (BNB, BASA, BB e Caixa) realizaram, em 17 meses, quase 1 milhão de operações de microcrédito no total de R\$ 612,3 milhões
- No Crediamigo, do Banco do Nordeste, o valor aplicado em 2003 é 113% superior à média das aplicações de 1999 a 2002, representando 628 mil operações
- Além dos bancos públicos, os bancos privados também estão operando com microcrédito
- O Banco Postal: Já são 4 mil postos em todo o país

Agricultura familiar

- Plano Safra para Agricultura Familiar 2003/04: Até junho, foram contratados R\$ 4,5 bilhões de reais, o dobro do patamar das últimas quatro safras
- Plano Safra 04/05: R\$ 7 bilhões
- 350 mil novas famílias incluídas no PRONAF
- Aumentou o número de contratos e o valor dos investimentos para todas as regiões, especialmente no Norte (132%), CO (105%) e Nordeste (98%)
- Lançados planos exclusivos para a região Nordeste e Norte, como a linha especial para combate à seca, com juro de apenas 1% ao ano
- Criação de linhas especiais para mulheres e jovens.
- Liberação dos recursos de acordo com o calendário agrícola de cada região
- Cartão PRONAF
- Renegociação das dívidas: reivindicação histórica dos movimentos sociais do campo, mais de 500 mil agricultores e assentados regularizaram sua situação

- Garantia safra — ação fundamental para vivência com a seca no semi-árido brasileiro. Em 2003, mais de 278 mil agricultores tiveram cobertura
- Seca no Sul: Plano Emergencial

Reforma agrária

- Mais de 66 mil famílias assentadas, das quais 12,9 mil aguardam regularização de documentação
- Outras 27 mil famílias serão beneficiadas com os decretos já editados para 383 imóveis
- Programa Nacional de Crédito Fundiário: de janeiro de 2003 a maio de 2004, outras 10.450 famílias tiveram acesso à terra
- Cada família assentada passou a receber R\$ 16 mil contra os R\$ 7,7 mil reais anteriores. São recursos para construção de moradias e infra-estrutura
- Hoje, 131 mil famílias estão recebendo assistência técnica, e o objetivo é universalizar o serviço

Meio ambiente

- Implantação do Programa Nacional de Florestas
- Programa de combate ao desmatamento e à desertificação
- Regulamentação do Programa Nacional da Diversidade Biológica e instalação a Comissão Nacional de Biodiversidade
- Edição da Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção
- Foram criadas cinco florestas nacionais, um parque nacional, uma reserva biológica e três reservas extrativistas marinhas
- Implantação de pólos ecoturísticos

INSERÇÃO SOBERANA

Liderança internacional por um mundo mais justo, com paz e segurança

- Em Davos, no Fórum Econômico, e em Evian, na Cúpula do G-8, o Brasil foi a voz dos excluídos propondo um fundo mundial contra a fome
- Fortalecimento das relações de cooperação e solidariedade do Brasil com a África, em especial a África Austral e os países de língua portuguesa
- Atuação em negociações visando a redução dos conflitos políticos em países como Venezuela, Bolívia e Colômbia
- Afirmação dos compromissos com a paz no Oriente Médio
- Participação de uma Força de Paz no Haiti

INCLUSÃO SOCIAL

Fome Zero

Acesso a alimentação e a água

- Aquisição de 11 mil toneladas de grãos, leite em pó e farinha de mandioca, de 60 mil agricultores familiares
- Programa do Leite: compra da produção de 32 mil pequenos pecuaristas, atendendo a 770 mil famílias com um litro de leite por dia
- 1,5 milhão de cestas de alimentos para famílias em situação de risco

- Construídas 27.500 cisternas. Até dezembro deverão ser 50 mil

Merenda Escolar

- Em 2003, atendeu 37,5 milhões de alunos
- Aumento de 116% nos valores repassados para os 5 milhões de alunos das pré-escolas públicas e filantrópicas (de R\$ 0,06 para R\$ 0,13 por aluno)
- Passou a atender 881 mil crianças de 0 a 3 anos de 18 mil creches públicas e filantrópicas, com R\$ 0,18/dia

- Atendimento de mais de 115 mil alunos de 1.684 escolas indígenas, em 177 municípios de 22 Estados

Restaurantes populares — comida de boa qualidade a preço baixo

- construídos 3 e outros 16 estão em fase final de preparação. Até dezembro a meta é chegar a 40 restaurantes

Bolsa Família

- 4 milhões de famílias atendidas até maio de 2004, em 98,2% dos municípios
- 901 mil famílias das capitais e regiões metropolitanas foram incluídas no programa, alcançando 50% do público-alvo do programa
- O valor médio do benefício por família cresceu de R\$ 28,00 para R\$ 75,43
- Foram assinados termos de cooperação com 6 capitais e 11 Estados
- Crescimento do volume de recursos investidos em transferências de renda:
 - R\$ 2,2 bilhões em 2002
 - R\$ 3,4 bilhões em 2003
 - R\$ 5,3 bilhões em 2004
- Aumento de 140% dos recursos

Educação

Ensino Fundamental e Médio

- Programa Brasil Alfabetizado atingiu 3,25 milhões de pessoas, em 2.462 municípios

- Transporte Escolar agora chega a quem precisa, pois os recursos podem ser utilizados para o custeio (R\$ 76/aluno/ano) e não apenas à aquisição de veículos

- Extensão do Programa do Livro Didático ao ensino médio

- Capacitação de 79 mil educadores

- Programa de Expansão e Melhoria da Rede Escolar atendeu 9.733 escolas

Ensino Superior

- Oferecidas 72 mil vagas ao FIES, 55 mil foram efetivadas. Os novos critérios priorizaram os alunos egressos de escolas públicas, professores e regiões com menor número de jovens no ensino superior

- Encaminhado ao Congresso Nacional o Programa Universidade para Todos — PROUNI, destinado à concessão de bolsa de estudo integral em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos

- Reforma Universitária: até o final do ano, o governo encaminhará ao Congresso Nacional uma proposta que está sendo discutida com os diversos segmentos sociais

SAÚDE — MAIS RECURSOS, MELHOR ATENDIMENTO

Farmácia Popular

- São 17 farmácias (10 em São Paulo, 5 em Salvador, 1 em Goiânia e 1 no Rio de Janeiro)
- Estão disponíveis 84 medicamentos para doenças de grande impacto na saúde da população.
- O preço dos remédios é cerca de 20% do preço praticado na rede varejista
- Até o final do ano, serão 100 farmácias populares

atuação, atingindo cobertura de 39,2 milhões de pessoas

Política Nacional de Atenção às Urgências

- Foram implantados 20 Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) envolvendo cerca de 93 municípios, com 252 Unidades Móveis, atendendo 27 milhões pessoas
- Aumento em 10% do número de leitos de UTI, atingindo 19.604 leitos em 19 Estados

Combate às epidemias e endemias

- Dengue - Redução em 57% dos casos no país em comparação com 2002 e 79% em comparação com 2003

- Febre hemorrágica - Redução em 69% dos casos e de 63% dos óbitos. No primeiro semestre de 2004, redução de 79% no número de casos em comparação ao mesmo período de 2003

- DST/AIDS - Foram realizados 250 mil atendimentos aos soropositivos e convênios com 561 organizações da sociedade civil, somando R\$ 25 milhões

Fortalecimento da Atenção Básica

- Aumento de quase 20% das equipes de saúde da família, totalizando 19.943 equipes, cobrindo cerca de 65 milhões de pessoas

- 13 mil novos agentes comunitários de saúde, totalizando 189 mil agentes, cobrindo cerca de 96 milhões de pessoas

- Expansão do Programa Saúde da Família, em 196 municípios com mais de 100 mil habitantes (ampliação nos grandes centros urbanos)



Genísio Baptista/ABR



Divulgação

Programa Brasil Sorridente

- Aumento de 68% das equipes de saúde bucal, totalizando 7.131 equipes em

INCLUSÃO

Lula investe mais no social que FH

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome acaba de divulgar os resultados de um estudo detalhado que compara os investimentos sociais do governo Lula com os de Fernando Henrique Cardoso. A pesquisa mostra que a atual gestão ampliou os recursos nesta área, ao contrário do que setores formadores de opinião e a oposição têm afirmado.

O estudo apresenta um comparativo com séries históricas desde 1995, visando, principalmente, a confrontar o primeiro ano do governo Lula com o primeiro ano da era FHC. O documento revela que os recursos em projetos de proteção social passaram de 1,75% do PIB (Produto Interno Bruto), em 1995, para 2,46% em 2003 — um crescimento de 40,6%. Em comparação a 2002, a elevação foi de 9,8% no ano passado.

O governo Lula também ampliou os recursos na área de assistência social. O investimento subiu de 0,16% do PIB, em 1995, para 0,40% em 2003 — um aumento de 150%. A elevação em comparação a 2002 foi de 5,3% em 2003.

Os programas de transferência de renda também foram beneficiados. Além de manter projetos implantados pela gestão anterior, o governo Lula ampliou benefícios e recursos investidos em 21,1% entre 2002 e 2003. Não é possível a comparação 1995-2003 porque não existiram programas de transferência de renda no governo FHC, senão a partir de 2001 (Bolsa Escola), e principalmente em 2002 (Bolsa Alimentação e

Auxílio Gás).

Anos FHC

A análise divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento Social demonstra que o governo passado, que ficou oito anos no poder, só investiu significativamente na rede de proteção social durante os dois últimos anos de gestão. Em 2001 e 2002, o percentual de investimento em relação ao PIB chegou a 2% e 2,24%, respectivamente.

“Se, corretamente, comparar-se o primeiro ano do governo passado com o primeiro ano do governo atual, verifica-se que o governo Lula investiu 0,71 ponto percentual a mais do PIB nos programas da rede de proteção social”, conclui o relatório.

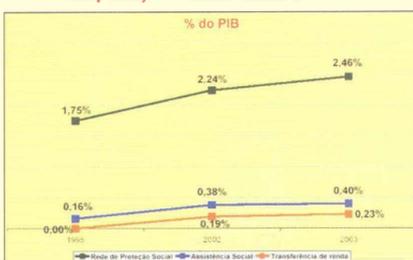
O mesmo ocorre com a rede de assistência social. O crescimento dos investimentos em relação ao PIB nacional chegou a 0,25 ponto percentual na comparação entre 1995 e 2003.

Os programas de transferência de renda sofreram uma aplicação de investimentos de 283% superior no primeiro ano de governo do presidente Lula, em relação a 2001. Em relação a 2002, o investimento do atual governo foi 21,1% superior.

O estudo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem como método a relação entre o PIB, em valores correntes para cada ano, e os recursos investidos no mesmo período. São considerados investimentos aqueles efetivamente executados — excluídos gastos operacionais e custos administrativos de cada programa.

CONHEÇA OS PROGRAMAS:

Comparação entre 1995 e 2003



Programas da Rede de Proteção Social

Abono Salarial, Bolsa Qualificação, Garantia Safra, Previdência Rural, Seguro Desemprego



Programas de Assistência Social

Agente Jovem, BPC, Sentinela, PETI, SAC, RMV



Programas de Transferência de Renda

Auxílio-Gás, Bolsa-Alimentação, Bolsa-Escola, Bolsa Família, Bolsa Renda, Cartão Alimentação



(1) PIB NACIONAL - FONTE: IBGE. (2) CÁLCULOS REALIZADOS ENTRE OS VALORES CORRENTES NO ANO DE REFERÊNCIA SEM ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.



Libejara Dammar/AB

“Muita coisa mudou na gestão de recursos para o social”

Não foram apenas os recursos e o número de famílias atendidas que aumentaram na passagem do governo FHC para o governo Lula. O Ministério do Desenvolvimento Social redefiniu conceitos e práticas na aplicação de recursos para o social, afirma a secretária executiva do ministé-

rio, Ana Maria Fonseca.

Conforme explicou ao **PT Notícias**, não se trata apenas de um atendimento emergencial à pobreza extrema, mas também de promover o desenvolvimento e a dinamização das economias locais de municípios sem perspectivas, com envolvimento de outros

ministérios.

Antes não havia a unificação do cadastro de famílias, o que tornava o processo mais complicado e caro. “Com a unificação, economizamos R\$ 93 milhões só de despesas administrativas e bancárias”, informou.

Antes do cadastro único,

Ana considera que havia um instrumento perverso na definição de cotas para os municípios. Segundo ela, o processo favorecia preferidos que quisessem cadastrar correligionários no programa.

O governo Lula aboliu as cotas e passou a atender toda a população carente. Com o

novo cadastro, a possibilidade de desvios e corrupção ficou ainda mais constrangida. O portal do ministério na internet, por exemplo, disponibiliza a lista das famílias beneficiadas, informou a secretária.

A soma dos programas do ministério equivale a uma proporção do PIB de pouco

mais de 3% — volume que, segundo Ana, continuará crescente. De acordo com a secretária, só os recursos de programas sociais representam 70% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ou mais de 100% do que representa o Fundef, por exemplo.

SETOR ELÉTRICO

Governo resgata importância estratégica da Eletronorte

Júnia Lara

Da Agência Informes
(www.informes.org.br)

A Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil) é um exemplo da prioridade dada pelo governo federal aos investimentos das empresas estatais do setor elétrico. Responsável pelo fornecimento de energia a nove Estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste — 58% do território nacional —, a empresa investirá R\$ 3,7 bilhões em seis anos na duplicação da capacidade de geração da usina hidrelétrica de Tucuruí (PA) e já tem prontos estudos para a construção de duas novas usinas, uma no Mato Grosso e outra na região de Altamira, também no Pará.

Em maio deste ano, a empresa concluiu mais uma etapa da revitalização da usi-

na hidrelétrica de Coaracy Nunes, no Amapá, que quando totalmente concluída irá produzir 78 MW de energia. Os R\$ 20 milhões investidos nesta obra devem retornar à Eletronorte em 15 meses, porque essa mesma energia seria gerada com óleo diesel, a um custo de R\$ 2 milhões por mês.

Na opinião do diretor de planejamento e engenharia da empresa, Israel Bayma, a Eletronorte tem uma importância estratégica para o Norte do país, que transcende a geração e transmissão de energia. “As ações de expansão da empresa significam mais desenvolvimento para uma região bastante carente de investimentos”, salientou. A duplicação de Tucuruí, por exemplo, criou mais de 2 mil empregos diretos.

Ao mesmo tempo em que

investe na capacidade de geração, a empresa assinou dois contratos para fornecimento de energia com a Albras (Alumínios Brasileiros S/A) e com a Alumar (Consórcio de Alumínio do Maranhão), que a tornou a maior fornecedora de energia elétrica em bloco do mundo. O valor dos dois contratos significa o aporte de US\$ 7,4 bilhões em 20 anos.

A energia para as duas empresas será gerada pela Usina de Tucuruí, a segunda maior usina brasileira e que está sendo ampliada para gerar 8.370 MW até o final de 2006. “A venda da energia gerada pela primeira etapa de Tucuruí já está assegurada. Agora vamos nos concentrar em novos leilões que virão para assegurar a venda da energia nova”, lembrou o presidente da Eletronorte, Roberto Garcia Salmeron.

Empresa atua no Luz para Todos

Os maiores desafios do programa Luz para Todos, que pretende levar energia elétrica a 12 milhões de brasileiros até 2008, estão concentrados exatamente nas regiões Norte e Nordeste, área de atuação da Eletronorte. Juntas, essas regiões representam 78,7% das necessidades rurais a serem atendidas até 2008.

Levantamento feito na Amazônia aponta 447 mil residências sem energia elétrica, ou 59,7% do total. No Nordeste, são 34,4% das residências rurais sem luz, o que representa um número maior: 1.312.410. Israel Bayma, que acumula o cargo de diretor de planejamento e engenharia da Eletronorte com a coordenação do programa Luz para Todos na região Norte, considera um grande desafio a universalização do uso de energia elétrica na Amazônia.

Segundo o gerente de Coordenação da Universalização de Energia Elétrica da Eletronorte, Joaquim Carlos da Cruz, nesta primeira fase será dada ênfase à extensão da rede, para que um maior número de pessoas possa ser beneficiado. No caso da Eletronorte, acrescentou, também existe um programa de instalação de energia alternativa, em função das características da região. E citou os índios Parakanã, que preferiram ter energia a partir de placas solares na aldeia perto de Tucuruí (PA), ao lado da Transamazônica.

Na região Norte, o Luz para Todos começa com o lançamento de projetos pioneiros. No Acre, a previsão é de atender 18 mil famílias, ao custo de R\$ 107 milhões. A Eletronorte se compromete a construir duas linhas de transmissão: Rio Branco — Brasília (138 Kv) e Rio

Branco — Sena Madureira (69 Kv). No Amazonas, nos próximos dois anos, serão beneficiadas 26 mil famílias ao custo de R\$ 150 milhões, a começar pelo assentamento rural de Tarumã — Mirim, com 6 mil pessoas, ao custo de R\$ 5 milhões.

O Luz para Todos no Acre será instalado no Pólo Xapuri II, com 5,2 quilômetros de rede e 30 famílias beneficiadas. Também beneficiará ex-seringueiros que foram expulsos de suas terras tradicionais pela expansão da pecuária — ou pela falência do extrativismo — e tiveram que se instalar em áreas urbanas de risco. No caso da Reserva Extrativista Chico Mendes, em Xapuri, o programa ajudará na melhora da extração do látex que será usado na primeira fábrica pública de preservativos (camisinhas) do Brasil. (Júnia Lara)